

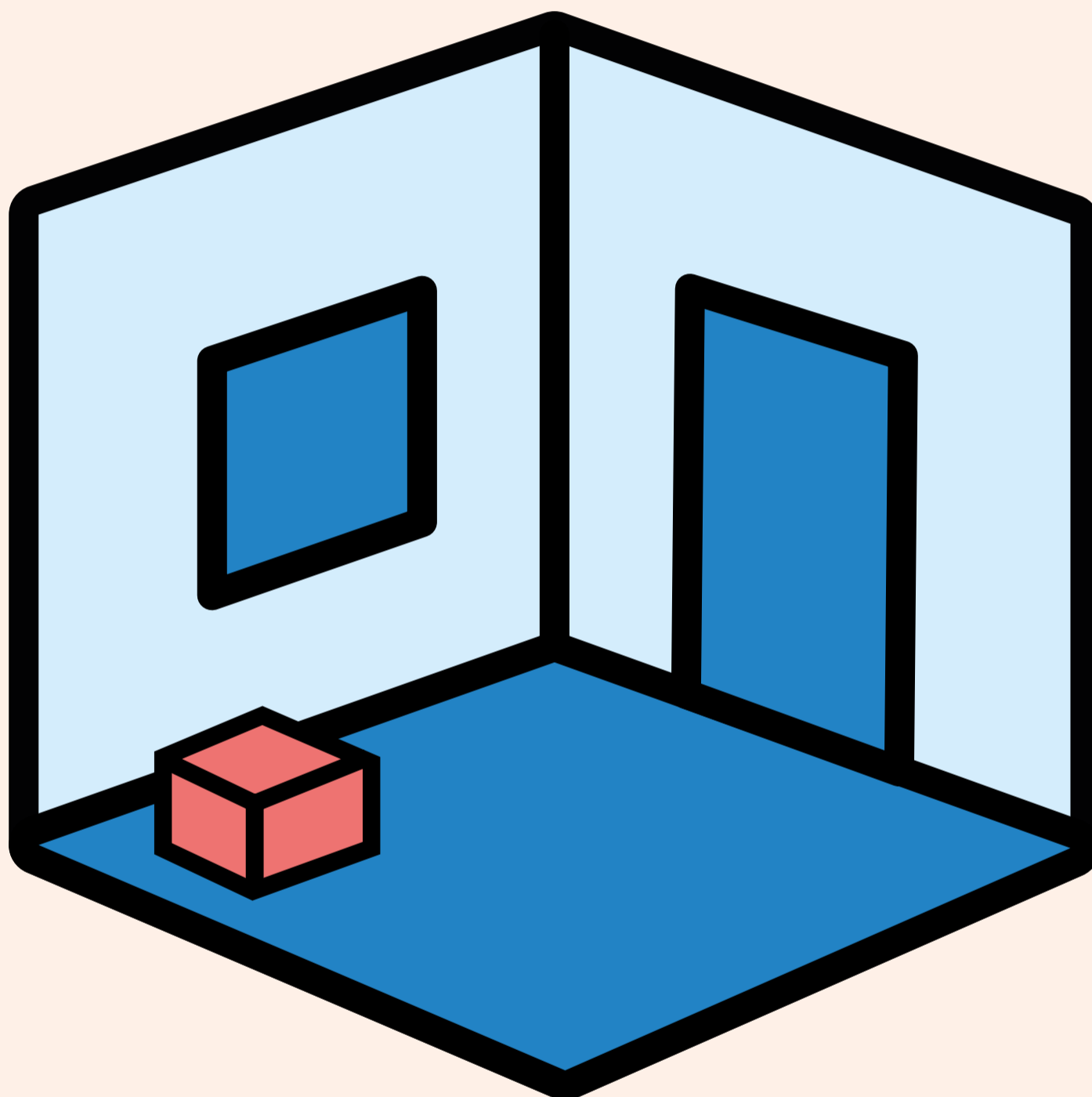


SOB NOVA DIREÇÃO

Reunida pela primeira vez de forma presencial desde o início da pandemia, assembleia geral da AdUFRJ empossou diretoria para o biênio 2021-2023 **Página 8**

UFRJ CONTRATOU 500 PROFESSORES SUBSTITUTOS NA PANDEMIA

Página 4



ÍCONE do aplicativo Espaço Seguro UFRJ

“TÔ VOLTANDO PRA CASA”

Voltar para a universidade com saúde e segurança sanitária. Esse é a missão do Conselho Universitário da UFRJ que, na última quinta-feira (21), começou a definir as regras do retorno presencial. O debate continua na próxima semana, mas alguns consensos já foram estabelecidos. Professores e técnicos com 60 anos ou mais poderão requerer o trabalho remoto. Mesmo caso dos servidores com filhos em idade escolar — que ainda não tenham retomado as aulas presenciais. Enquanto o Conselho Universitário não finaliza a nova resolução, os gestores das instâncias acadêmicas e administrativas podem contar com uma ferramenta digital para auxiliar no planejamento da volta aos campi. A universidade desenvolveu o site “Espaço Seguro UFRJ”, que facilita a classificação dos ambientes de trabalho conforme as vulnerabilidades dos espaços e os riscos de exposição ao Sars-Cov-2.

Página 3

EDITORIAL

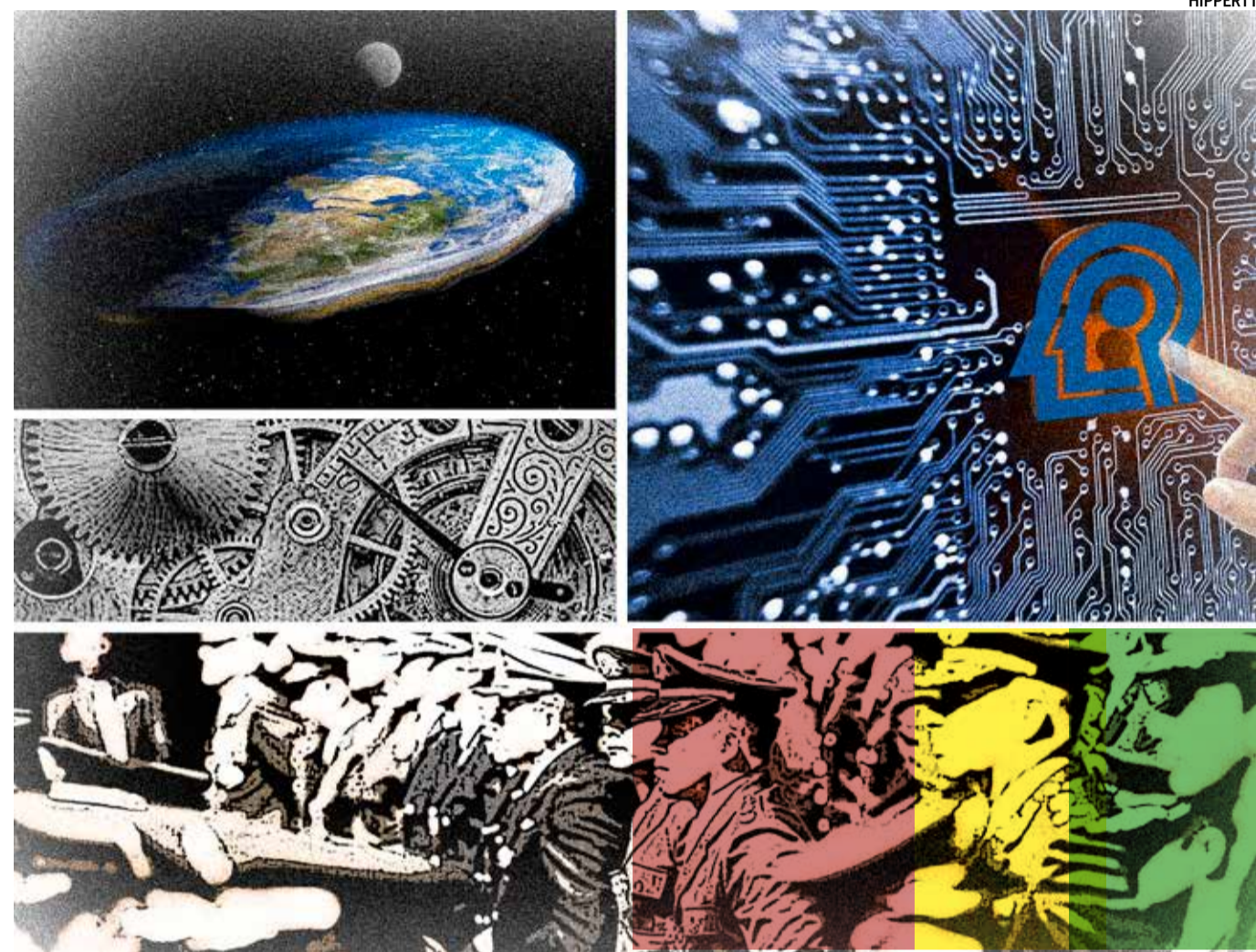
SAUDAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA GESTÃO

DIRETORIA

Caros colegas, este é o primeiro editorial da gestão da AdUFRJ para o biênio 2021-2023. A diretoria composta por João Torres de Mello Neto (Instituto de Física), Mayra Goulart (IFCS), Ricardo Medronho (Escola de Química), Ana Lúcia Fernandes (Faculdade de Educação), Karine Verdoorn (Centro Multidisciplinar Macaé) e Eleonora Kurtenbach (Instituto de Biofísica) assume a AdUFRJ num momento crítico da história brasileira. O sindicato precisa estar forte, atuante e bem representado. Nossa diretoria, que tem maioria de mulheres, é diversa e está presente em diferentes níveis da carreira acadêmica, pretende ser uma boa representação do corpo docente da UFRJ. Nossa atuação será ancorada nas premissas de uma universidade pública, laica, inclusiva, gratuita e de qualidade.

Tivemos um processo eleitoral muito inclusivo, que contou com a maior participação dos filiados na história da AdUFRJ. Isso nos encoraja a enfrentar as ameaças que o governo atual impõe à própria ideia de Ciência e de pluralidade que a universidade representa. Nesse desafio, será preciso uma ampla articulação com a sociedade, com outros sindicatos e com associações científicas como a SBPC e a ABC, entre outras. Para isso, contamos com o Observatório do Conhecimento, que é uma rede formada por associações e sindicatos de docentes de universidades de diferentes estados brasileiros e parceiros das áreas da Educação, Ciência e Pesquisa. Ele se articula em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade e da liberdade acadêmica. Iniciativa suprapartidária e independente, o Observatório do Conhecimento se mobiliza para enfrentar os cortes de investimentos no orçamento do ensino superior, além de monitorar e denunciar políticas e práticas de perseguição ideológica a reitores, professores, alunos e pesquisadores.

No dia da nossa posse, tivemos um prenúncio do que enfrentaremos: a formalização de um crime contra a Ciência brasileira, com o corte de 92% do orçamento do FNDCT, tema de matéria na página 7. Esse ataque fere, por exemplo, o CNPq, fundado em 1951 e que, nos seus setenta anos de atividades, contribuiu para a formação e a atuação de todos os



pesquisadores brasileiros. Mesmo nos estados onde as fundações de apoio à pesquisa são fortes, como São Paulo e Rio de Janeiro, o CNPq é indispensável. O que foi produzido na Ciência brasileira, tanto na pesquisa básica quanto na pesquisa aplicada, na formação de recursos humanos de qualidade nas ciências humanas, biológicas e exatas, contou com o CNPq como um dos principais fomentadores. Nos seus setenta anos, nunca essa venerável instituição foi tão atacada quanto nos últimos meses. Mesmo os governos da ditadura militar respeitaram o CNPq. Os militares que nos governam não têm um projeto para o país que não seja a destruição de nossas universidades e a entrega do patrimônio público. Um ofício do ministro que enriquece com contas em paraísos fiscais à Comissão Mista de Orçamento cortou R\$ 690 milhões do orçamento do MCTI e o reduziu a R\$ 55 milhões. Em 2013, o orçamento do CNPq era de R\$ 3

bilhões, em 2021 caiu para R\$ 1,2 bilhão, e sabe-se lá o que nos espera até 2022. Não pode haver um país soberano sem investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação. Não pode haver um país socialmente mais justo sem Ciência e sem Educação.

O momento político do país exige o envolvimento de todos. Se o contexto de 2015 incitava polarizações, o de hoje convida à convergência, na medida em que se tornou mais evidente o processo conduzido pelas elites conservadoras (por meio de seu braço executivo que é a extrema-direita bolsoneirista) de destruição da educação pública e, em especial, das universidades. Temos que construir essa convergência! Construir laços que consigam ir além das divergências internas no campo progressista que, embora relevantes, precisam ser superadas em face de um inimigo comum.

SOU GOV.BR PEDE AUTORIZAÇÃO PARA ACESSAR DADOS DO IRPF

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Professores e técnicos da UFRJ e de todos os órgãos da administração federal se assustaram nos últimos dias com uma mensagem enviada pelo aplicativo SouGov.br. O texto informa que os servidores têm até o dia 20 de novembro deste ano para se manifes-

tares se autorizam ou não o acesso da plataforma às suas declarações anuais de Imposto de Renda.

A assessoria jurídica da AdUFRJ e a do Andes analisaram a questão. Os advogados indicam que a autorização para o SouGov.br não é obrigatória. Mas a apresentação anual de declaração de bens e valores é um dever de todos os servidores, que consta em lei desde 1992. Em

2011, o Tribunal de Contas da União reforçou a necessidade de todos os servidores apresentarem declarações anuais sob risco de ser aberto processo administrativo disciplinar ou mesmo de enquadramento em crime de improbidade administrativa.

O advogado Leandro Madureira, da assessoria jurídica do Andes, explica que a autorização via aplicativo SouGov tem

o objetivo de substituir a declaração anual. "já que o servidor autoriza previamente o acesso do Tribunal de Contas da União e da Controladoria-Geral da União às suas declarações". E sublinha que não vê ilegalidade na solicitação do aplicativo. "pois tampouco há previsão de uso dos dados para fins diversos daqueles que constam em lei". Quem não autorizar o acesso dos dados via SouGov não comete nenhuma ilegalidade, confirma Leandro. "No entanto, quem recusar a assinatura deverá estar ciente de que, anualmente, precisará acessar

o sistema a ser disponibilizado pela CGU para apresentar sua declaração de bens e valores até 15 dias após o encerramento do prazo para entrega do ajuste anual do IRPF".

A advogada da AdUFRJ, Ana Luísa Palmisciano, concorda com a avaliação. "Também entendo que a lei de improbabilidade (8.429/92) obriga o servidor a fazer anualmente essa declaração de bens. Embora o servidor não seja obrigado a autorizar, será obrigado a fornecer à CGU os dados todos os anos".



■ NO PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO desta semana, os recém-empossados professores João Torres (presidente) e Nedir do Espírito Santo (1ª tesoureira) falam sobre suas trajetórias e seus planos para a gestão da nova diretoria do sindicato no biênio 2021-2023. Outro tema abordado foi o retorno das aulas presenciais de forma segura, assunto que também foi tema do Conselho Universitário esta semana. O programa AdUFRJ no Rádio vai ao ar todas as sextas-feiras, às 10h, com reprise às 15h, pela Rádio UFRJ (www.radio.ufrj.br) e também está disponível em seu agregador de podcasts favorito.

CONSUNI DEBATE RETORNO SEGURO

> Conselho Universitário estuda regulamentação do trabalho presencial. Ferramenta digital criada pela UFRJ auxilia gestores na classificação de risco dos ambientes da universidade

KELVIN MELO E KIM QUEIROZ
comunica@adufjr.org.br

Voltar com saúde e segurança. Esse é o desafio do Conselho Universitário da UFRJ que, desde o dia 14, debate as condições do retorno presencial. Nas quatro horas da reunião extraordinária da última quinta-feira, 21, os conselheiros discutiram o documento apresentado pelo relator, professor Fernando Rochinha, que tentou estabelecer os paradigmas do "novo normal" numa instituição gigante e complexa como a UFRJ.

Alguns consensos já foram aprovados: professores e técnicos com 60 anos ou mais poderão apresentar requerimento para realizar atividades remotas. Já os servidores com filhos em idade escolar — que não tenham retomado as aulas presenciais — também poderão fazer a mesma solicitação. Por outro lado, o colegiado ainda não definiu como a universidade deve proceder em relação aos que rejeitam a vacinação (veja no quadro abaixo). A discussão continua no próximo Consuni, dia 28.

Enquanto o Conselho Universitário não finaliza a nova resolução, os gestores das instâncias acadêmicas e administrativas podem contar com uma ferramenta digital para auxiliar no planejamento do retorno presencial. A universidade desenvolveu o site "Espaço Seguro UFRJ", que facilita a classificação dos ambientes de trabalho conforme as vulnerabilidades estruturais do ambiente e os riscos de exposição ao Sars-Cov-2. "Com a demanda de elaborarmos também as diretrizes de retorno das aulas teóricas e dos ambientes de trabalho, que abrange um número muito maior de ambientes, surgiu a ideia dessa plataforma", afirma a professora Maria de Fátima Bruno, coordenadora do GT para Planejamento do Retorno Gradual das Atividades Didáticas Práticas. Veja, na infografia ao lado, como utilizar o "Espaço Seguro UFRJ".

COMO FUNCIONA O ESPAÇO SEGURO UFRJ



Ao acessar o site, clique no módulo "Preencher formulário";

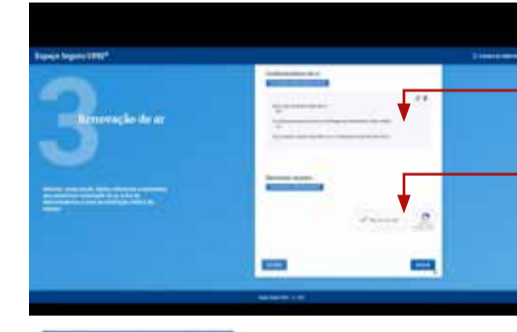
(O tempo necessário para registrar um espaço é de, em média, 30 minutos. É importante que a pessoa já tenha as medidas do espaço que está cadastrando, ou possa calculá-las enquanto preenche o formulário.)



1. Na primeira seção, informe os dados de identificação e a localização do espaço;



2. Na segunda seção, informe quais atividades ocorrem no espaço e qual a possibilidade de distanciamento social;



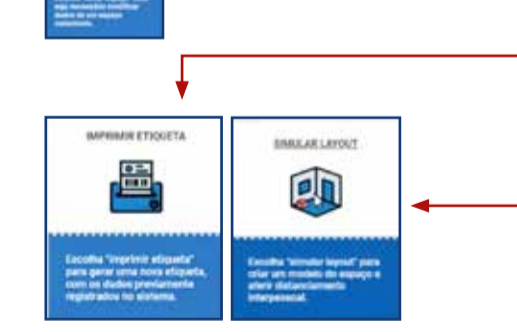
3. Na terceira seção, informe dados referentes à área de ventilação do espaço (janelas, portas e etc.);

3.1. Finalizado o preenchimento, marcar a caixa de seleção "Não sou um robô", e clicar no botão "enviar";



4. Em seguida, verifique seu e-mail para confirmar o registro do espaço;

4.1. Após a confirmação, você receberá outro e-mail com a transcrição dos dados informados e um link, que irá direcionar para a área de "gerenciar espaço". Nessa página, você poderá escolher entre:



5. "Editar Espaço", para modificar alguma informação relativa aos dados informados;

6. "Imprimir Etiqueta", para obter a etiqueta com as orientações de utilização do espaço, conforme sua classificação;

7. "Simular Layout", para criar um modelo virtual do espaço, visualizar a disposição do mobiliário e das pessoas, e analisar o distanciamento interpessoal;



Essa etapa também pode ser acessada através da página inicial, basta clicar no botão "Inserir Etiqueta" e indicar o código de registro do espaço;

Nesta página, você poderá visualizar a etiqueta para confirmar os dados. Para salvar o arquivo em formato PDF, basta clicar no botão localizado à direita inferior;



O Layout Virtual pode ser acessado diretamente pela página inicial do site, mas só poderá ser salvo se feito após o preenchimento do formulário



Informe as dimensões de largura e comprimento, em metros, e clique em "criar", para iniciar o processo; No painel de criação, você poderá incluir diferentes tipos de objetos: mobiliário, pessoa e recortes no espaço; Ao selecionar uma dessas opções, você irá detalhar as suas dimensões e, então, clicar no botão "inserir"; Ao inserir modelos de pessoa, você poderá verificar o espaço entre elas, e organizar a sala conforme a orientação de 1.5m de distanciamento;

Após estudar a melhor forma de organizar o espaço, de acordo com as orientações do Guia de Biossegurança, clique no botão "salvar", localizado no painel à esquerda.

O QUE O CONSUNI AINDA VAI DISCUTIR

IMUNIZAÇÃO COMPLETA

Vários conselheiros querem incluir na resolução sobre o retorno presencial a obrigatoriedade de vacinação. A questão é controversa. A consultoria jurídica do MEC emitiu um parecer, no dia 20, contra o impedimento. O documento justifica que o chamado "pas-

saporte da vacina" fere direitos fundamentais das pessoas, como o direito de um aluno à educação. "Podemos não ter a autonomia para tudo, mas temos para muitas coisas. É essa a hora de usarmos. Vacinação, sim; negacionismo, não", argumentou a professora Maria das Graças, representante dos Adjuntos do CLA.

GARANTIA DE INFRAESTRUTURA

Representantes estudantis e técnico-administrativos defendem que o planejamento de retorno seja acompanhado de garantias mínimas de infraestrutura, como bandejeiro e transporte interno do campus. Os alunos solicitaram apoio da reitoria para cobrar o retorno do bilhete único universi-

tário à prefeitura do Rio.

FREQUÊNCIA

Os técnicos-administrativos também querem a manutenção da frequência regular para o caso dos servidores que estiverem em sistema de escala ou que não puderem retornar ao local de trabalho, principalmente por eventual não cumprimento dos

protocolos de biossegurança. "Se eu não vou poder estar todos os dias no meu ambiente, porque eu preciso revezar com meus colegas ou porque o ambiente não reúne condições para me acolher, minha frequência tem que ser normal, regular. Não foi uma opção minha", disse Joana de Angelis, coordenadora do Sintufjr.

ELES SÃO INSUBSTITUÍVEIS

> Quinhentos professores substitutos foram contratados pela UFRJ durante a pandemia. Unidade com o maior número de docentes é o Colégio de Aplicação. Dados e depoimentos mostram a urgência de concursos públicos e a difícil realidade desses professores

KELVIN MELO E KIM QUEIROZ
comunika@adufrrj.org.br

Marcos de Souza Paula é professor da Faculdade Nacional de Direito, mas nunca deu aulas no histórico prédio do Centro do Rio. A inusitada situação, porém, não é um caso isolado entre os docentes da UFRJ. Marcos faz parte de um grupo de 500 substitutos da universidade contratados após 16 de março de 2020, data de suspensão das atividades acadêmicas não emergenciais, segundo levantamento da Pró-reitoria de Pessoal.



MARCOS DE SOUZA PAULA
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO

“A minha contratação foi precedida de uma prova, realizada antes do período pandêmico, por volta de fevereiro de 2020. Chegamos a ser convocados em março, mas, com a pandemia, tudo foi suspenso”, lembra Marcos.

O grande volume de contratações de substitutos, que só deveriam “atender a necessidade de temporária de excepcional interesse público”, conforme a legislação federal, revela a urgência de novos concursos públicos. Enquanto isso não ocorre, a professora Gisele Pires, pró-reitora de Graduação, não tem dúvidas sobre a importância dos substitutos.

“Os profissionais que optam por ingressar na carreira docente na UFRJ, quer seja para um contrato transitório ou não, passam por um criterioso processo seletivo gerenciado pelas unidades ou campi, permitindo, assim, que os mais qualificados sejam selecionados”, diz. “Mesmo durante todo o período de completa atipicidade — a pandemia de covid-19 —, as unidades e campi primaram pela

manutenção da excelência do ensino de graduação”, completa.

Só que preservar a excelência no ensino tem sido uma experiência mais desafiadora para os substitutos, que tiveram pouco ou nenhum tempo para construir laços presenciais com seus alunos e colegas docentes. Marcos assinou o contrato de dois anos em dezembro de 2020. Hoje, dá aula para três turmas de Direito Civil, cada uma com cerca de 60 alunos. Durante este período, viu muitas câmeras fechadas nas atividades síncronas. Mas também colecionou pequenas vitórias em sua primeira experiência formal como professor. “Vários alunos têm feito elogios e comentários positivos, dizendo terem se interessado pela matéria, e que se sentiram estimulados pelas aulas”, orgulha-se.

Já a professora Camila Costa de Oliveira, do Colégio de Aplicação, precisou se reinventar como professora para ensinar artes cênicas. “Como trabalhar com o corpo e jogar através das telas, diante de um grande número de câmeras fechadas? Seguimos experimentando, descobrindo e aprendendo junto com os estudantes”, diz.

A docente acredita que o maior desafio está na construção e manutenção do vínculo afetivo com esses alunos. “Isso foi se dando pouco a pouco, por meio de propostas pedagógicas baseadas no afeto e na troca. Acredito que sem essa troca afetiva não existe processo de ensino-aprendizagem”.



CAMILA COSTA DE OLIVEIRA
COLÉGIO DE APLICAÇÃO

Um momento marcante foi o espetáculo “Estação Terror e Mística”, com estudantes do 1º e 2º anos do ensino médio, desenvolvido e apresentado inteiramente online. “Foi muito bonito ver o fazer teatral na escola se apropriando dos meios de criação disponíveis no momento atual. A força e a importância do teatro como disciplina curricular

LOCAIS COM MAIS PROFESSORES SUBSTITUTO

CAp	79
Centro Multidisciplinar Macaé	50
Faculdade de Medicina	47
Faculdade de Letras	40
EBA	33
FAU	28
FND	26
Instituto de Matemática	24
Faculdade de Odontologia	23
Escola de Enfermagem	23

QUANTITATIVO DE DOCENTES TEMPORÁRIOS POR ANO:

2015	759
2016	850
2017	801
2018	745
2019	676
2020	446
2021	628

Fonte: PR-4

nos nossos também”, disse. O colégio retomou o ensino em formato híbrido desde o dia 13.

O CAp é a unidade da universidade com mais substitutos (79), mas a professora quer ajudar a diminuir o número, participando de um concurso para ser efetivada no Setor de Artes Cênicas. “Aprendi muito desde a minha chegada ao CAp e, ao longo desse ano, tive a oportunidade de delinear mais fortemente minha identidade docente e o sentido da profissão”.

UMA ÚNICA AULA PRESENCIAL

O contrato de professor temporário tem duração máxima de 24 meses. “Portanto, alguns foram contratados sim, antes do início da pandemia, em março de 2020, e ainda estão em atividade”, informou a pró-reitora de Graduação. Ao todo, a UFRJ possui 628 substitutos: os 500 contratados durante a pandemia e mais 128, com vínculos anteriores a 16 de março do ano passado.



BRUNO CLARKSON MATTOS
INSTITUTO DE BIOLOGIA

É o caso do professor Bruno Clarkson Mattos, do Instituto de Biologia, que chegou a participar de apenas uma reunião presencial, antes da suspensão das atividades não emergenciais.

Enquanto aguardava o início do ensino remoto, o docente se voluntariou para trabalhar no combate à pandemia. “Como eu tenho experiência com biologia molecular, trabalhei no Centro de Triagem Diagnóstica (CTD), fazendo a triagem dos profissionais de hospitais públicos que iam à UFRJ para fazer o teste de PCR”, lembra. Em julho, ele se desligou do CTD para se dedicar integralmente à preparação das aulas para o Período Letivo Excepcional (PLE), que começaram no final de agosto.

Bruno já teve 23 turmas, distribuídas entre as disciplinas de Zoologia I e II, e duas eletivas. “Houve turmas com 60 alunos e outras, com menos de 20. Essa

variação ocorre muito também em razão de a Zoologia ter uma carga horária considerável de aulas práticas”, explica.

O professor destaca que a experiência tem sido enriquecedora, mas ainda não chega nem perto daquilo que os docentes podem oferecer presencialmente. “Dentro da sala de aula, existe uma percepção muito maior de como os alunos estão recebendo o conteúdo. A realidade no ensino remoto é que quase nenhum aluno liga a câmera, então não sabemos nem se eles realmente estão ali”, completa.



RODRIGO OCTÁVIO CARDOSO
FACULDADE DE LETRAS

Rodrigo Octávio Cardoso, da Faculdade de Letras, também deu uma única aula presencial na UFRJ, em março do ano passado. Depois disso, só voltou a encontrar os alunos no PLE, em agosto de 2020. Atualmente, ele dá aula para três turmas de Teoria Literária I, matéria obrigatória para todas as habilitações de Letras, e passará a lecionar também Teoria Literária II no próximo período.

“As aulas sem o contato presencial tornam-se muito mais cansativas. É difícil acompanhar o progresso dos alunos e é preciso fazer mais atividades, o que torna o curso mais cansativo para eles e pra mim”, ressalta Rodrigo. “A principal dificuldade talvez seja a de estabelecer debates mais fluidos, o que é uma característica importante dessa disciplina”, diz.

O contrato de Rodrigo será finalizado em março de 2022. Pela lei, não poderá mais trabalhar como substituto pelo período de dois anos. Até lá, o docente alimenta a esperança de muitos desses 628 temporários: o de seguir carreira na maior universidade federal do país. “Seria um sonho conseguir passar um dia num concurso de efetivo na UFRJ, que tem um excelente departamento de Ciência da Literatura”, completa.

CAp encara desafio de formar professores em meio remoto

> Colégio oferece estágio supervisionado para 500 licenciandos durante a pandemia. Futuros professores se ressentem do contato com os alunos na sala de aula, nos últimos 19 meses

LUCAS ABREU
E LIZ MOTA ALMEIDA
comunika@adufrrj.org.br

Apandemia marcou uma geração de alunos da educação básica, mas também vai marcar uma geração de futuros professores. Campo de estágio de aproximadamente 500 licenciandos, o Colégio de Aplicação vive os dois lados desta experiência inédita e tenta se adaptar da melhor forma possível para manter a qualidade do ensino.

“O contato com crianças foi escasso”, lamenta o graduando em Pedagogia, Vitor Fuchs. “Era um estágio nas séries iniciais, com 100 horas presencialmente; e, no remoto, foram apenas 25 horas. A carga horária abaixou drasticamente, porque não dá para ficar horas e horas com crianças numa tela de computador”, explica.

Por ter realizado estágios presenciais antes da pandemia, Vitor acredita que não perdeu tanto. “O CAp dá uma atenção maior para os estagiários, mas sinto que, se não tivesse feito um estágio não obrigatório anteriormente, talvez tivesse uma dúvida de como ser professor dentro da sala de aula”, diz.

Natalia Barros, licencianda em Ciências Biológicas, não teve a mesma sorte do colega. “Diferente de muitos da licenciatura, eu nunca tinha tido experiência em sala de aula. Para mim, era um peso muito grande, porque, ao longo da graduação, me dediquei bastante à pesquisa”, conta.

A aluna estava no último ano do curso, que costuma ser destinado às práticas de ensino, quando a pandemia começou. “Foi um momento que esperei muito, experimentar de verdade

o que é visto ao longo do curso”, diz. A bióloga afirma ter se surpreendido com as práticas de ensino de maneira remota. “Uma questão que fica muito marcada para mim é que não sei dizer o que perdi, por não ter outras experiências presenciais. Mas foi um momento muito desafiador, em que a gente teve que repensar o que já estava estabelecido e senti que foi uma experiência enriquecedora”, pontua.

Jaqueline Pontes Domingos, graduada em Letras-Literatura durante a pandemia, começou o estágio no CAp em setembro de 2019, o que deu a ela experiência do ensino presencial e remoto no mesmo local. “Eu senti muita falta do chão da escola, do contato direto com os alunos. Na sala de aula, os alunos podiam chamar a gente, conversar. Uma

aproximação que gerava confiança nos estudantes”, conta. A licencianda já está dando aulas em uma escola particular na Baixada Fluminense, e consegue fazer um balanço da sua formação como professora no CAp. “Eu tive a experiência que todos os professores tiveram no momento de pandemia, que foi de dúvida e de trabalho redobrado”, explica.

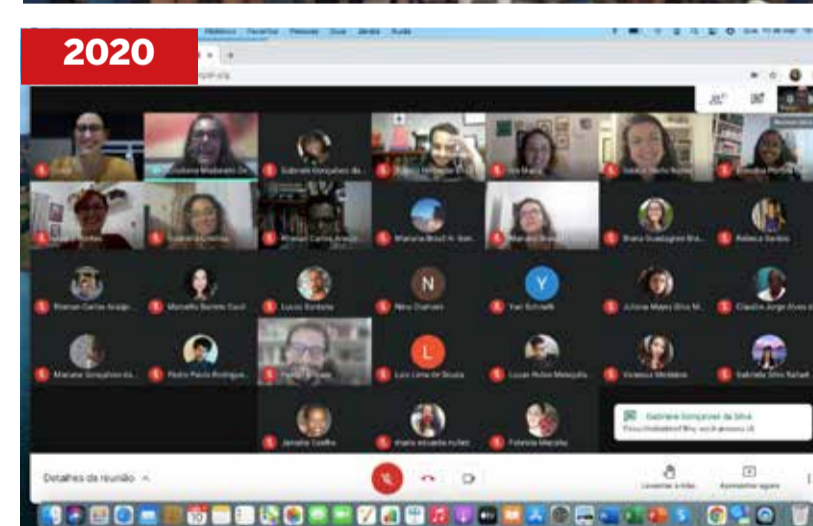
Desde a semana passada, o CAp retomou as atividades presenciais para os alunos da educação básica, mas, por medida de segurança, os licenciandos continuam nas atividades remotas. “A supervisão do estágio obrigatório manteve a estrutura que já tínhamos, mas adaptada ao modelo remoto”, conta a professora Raquel Fonseca, diretora adjunta de Licenciatura, Pesquisa

sa e Extensão do colégio. “Por ser, essencialmente, um colégio de formação de professores, o CAp não poderia se esquivar da responsabilidade de continuar oferecendo, mesmo em um contexto tão difícil, o estágio supervisionado para os nossos futuros professores”, explica.

Segundo Raquel, o plano de adaptação para as atividades remotas foi construído com um amplo debate. O estágio é normalmente dividido em três etapas: observação, participação e regência, e todo o processo é supervisionado por professores responsáveis pelo estágio. “Tudo isso permaneceu garantido aos licenciandos com a adaptação para o ensino remoto emergencial”, afirma.

Raquel reforça os depoimentos dos licenciandos em relação à falta de contato com os alunos

IMAGENS: DIVULGAÇÃO



CAp LITERÁRIO: ANTES E DEPOIS DA PANDEMIA A licencianda Jaqueline Domingos experimentou a organização de um evento literário anual do colégio, o CAp Literário, em dois momentos bastante distintos: antes da pandemia, em 2019, em formato presencial; e, em 2020, participou da adaptação do festival para o formato remoto. “Eu tive uma jornada dupla, e acho que isso acrescentou muito na minha formação, porque alguns colegas não puderam ter essa experiência”, avaliou.

da educação básica. “Atravessados pela pandemia e pela imposição do distanciamento social, experimentamos o maior desafio docente: viver os processos de ensino e aprendizagem sem a escola, espaço fundamental de convívio e partilhas”, reforça.

A professora do CAp elenca outros prejuízos para a formação dos futuros colegas: falta de continuidade no acompanhamento das turmas — resultado das diferenças nos calendários do CAp e da graduação —, o prolongamento dos estágios, que atrasa a formatura dos licenciandos e a falta de infraestrutura para acompanhamento das atividades remotas, problema que afetou alguns estudantes da graduação. “São muitas as perdas que estamos vivenciando na educação brasileira, mas estamos também aprendendo a lidar com as dificuldades e a transformar essa experiência em oportunidades para a construção de conhecimento”, avalia a diretora adjunta.

Para a professora Nedir do Espírito Santo, especialista em formação de professores no Instituto de Matemática e diretora da AdUFRJ, os prejuízos para os licenciandos são terríveis, mas existem atenuantes e formas de mitigar as perdas posteriormente. “Estes alunos, que recebem uma orientação constante de atividades, estão aprendendo como trabalhar remotamente em conjunto com os seus coordenadores”, explica.

Um dos caminhos para diminuir o impacto na formação desta geração de estudantes é a aplicação de um processo de formação continuada. “A vocação profissional ajuda muito, mas a vivência e a experiência da estrutura presencial é fundamental”, defende a professora.

NOTAS

CONCLUINTE TERÃO PRIORIDADE NA INSCRIÇÃO DAS AULAS PRÁTICAS

■ O Conselho de Ensino de Graduação, em sessão realizada no dia 20, iniciou os preparativos para a ampliação do retorno presencial das aulas na universidade — até o momento, restrito a algumas poucas disciplinas da área de Saúde e do Instituto de Química. Os conselheiros aprovaram uma resolução que normatiza a alocação de vagas para as atividades práticas e trabalhos de campo do segundo período letivo de 2021, marcado para começar em 16 de novembro.

Tudo “potencialmente” terá prioridade na alocação de vagas do próximo período letivo. A resolução segue uma definição do Censo da Educação

Superior, que descreve um estudante que cumprir todos os requisitos da grade curricular, ou seja, que concluirá o curso e estará apto a colar grau e receber o diploma do Curso, ao final do período atual. Entre estes, serão priorizados os que tiverem cursado com aproveitamento o maior número de créditos de sua grade curricular. Além disso, as inscrições dos potenciais concluintes deverão ser realizadas pelas coordenações de curso de graduação. O segundo critério de prioridade de alocação de vagas nas atividades práticas será respeitar as inscrições efetivadas no semestre de 2020-1 presencial.

NOVO PRESIDENTE DA ADUFRJ APRESENTA AO CONSUNI OS PLANOS DA GESTÃO

■ Presidente da AdUFRJ, o professor João Torres de Mello Neto apresentou ao Consuni do dia 21 os planos da diretoria recém-empossada. “Queremos que a carreira docente seja promissora para os jovens e que este exodo que acontece hoje não continue. A AdUFRJ vai trabalhar pela carreira da melhor forma possível e vamos lutar contra a PEC 32 (reforma administrativa), que é a ameaça do momento”, disse. “Sabemos que vamos enfrentar vários temas complexos, que dividem a universidade. O nosso compromisso será oferecer ao corpo docente da UFRJ o debate correto, longe dos slogans e das palavras de

ordem, com o contraditório”, completou. João ressaltou que o processo eleitoral para a diretoria da AdUFRJ foi bastante inclusivo, com cerca de 50% dos filiados votando. “Foi a maior participação na história da AdUFRJ. Essa votação, muito expressiva, fortalece o sindicato e nos credencia como uma liderança sindical nacional num momento grave da história do Brasil”, disse. “É fundamental que os sindicatos sejam preservados e fortalecidos, quaisquer que sejam as disputas dentro dos sindicatos”.

“Estamos muito animados. Esperamos merecer a confiança depositada em nós pelos docentes da UFRJ”, concluiu.

Ameaças afrontam Câmara de Políticas Raciais

LIZ MOTA ALMEIDA
comunica@adufrrj.org.br

Os recorrentes ataques cibernéticos enfrentados pela UFRJ expõem a insegurança que assola a comunidade no campo virtual. No último mês, a Câmara de Políticas Raciais esteve na mira de hackers, tanto em sua conta no Youtube, quanto em grupos de organização no WhatsApp. “Temos um grupo da Comissão de Heteroidentificação que foi vazado e printaram conversas. Recentemente, depois deste ataque que aconteceu no mês passado, entraram na nossa conta do YouTube e colocaram vídeos de pornografia”, conta Denise Góes, coordenadora da Câmara de Políticas Raciais.

Algumas medidas de proteção foram tomadas. “Acabamos com todos os grupos das comissões, agora nos comunicamos pelo privado. E estamos pensando na reorganização. Conseguimos recuperar os vídeos, mas perdemos a conta do YouTube por uso indevido de conteúdo pornográfico”, explica Denise. Outra conta foi criada no Youtube, para que os servidores tenham acesso aos vídeos explicativos sobre a conduta nas comissões. “Isso é grave porque estamos atuando na entrada das pessoas na universidade. E outro ponto é a vulnerabilidade e a ameaça aos membros”, opina Denise.

A coordenadora conta que a Ouvidoria da UFRJ foi acionada. “Vamos fazer uma explanação de tudo que aconteceu e uma notificação. É importante que a comunidade universitária saiba o que está acontecendo”, diz. Para Denise, as invasões são uma tentativa de silenciar a Câmara de Políticas Raciais. “Isso pode ser uma tentativa de nos silenciar, e não é o que vai acontecer. Mas precisamos de respaldo institucional, até porque estamos desenvolvendo uma política institucional. A política de cotas é uma lei, não somos nós que instituímos”, afirma.

No último Consuni, a ouvidora da UFRJ, Cristina Riche, fez um relato sobre o problema e pediu que a universidade criasse condições de proteção física e moral da Comissão. “Este ano é o ano de

avaliação das políticas de cotas, e precisamos fortalecê-las. Trabalhamos para dar suporte a isso, que é tão importante, para que os direitos cheguem aos mais vulneráveis. A política existe para dar efetividade a um direito negligenciado”, lembra a ouvidora. “É uma política que precisa ser reafirmada, e precisa ter condições de trabalho para as Câmaras de Heteroidentificação, que combatem as fraudes”, conclui.

AMEAÇAS E MEDO

O servidor Vitor Matos, membro de uma comissão, está sendo pessoalmente atacado no WhatsApp por um homem que não foi considerado apto a adentrar a universidade pela Lei de Cotas. “Um rapaz chamado L. R., na identificação do WhatsApp, vem fazendo ameaças não só a mim, mas a outros membros da Comissão. Nós o ignoramos”, revela o assistente em Administração. “Ele disse que a Comissão está deliberadamente excluindo os pardos. Consegui se infiltrar num grupo de WhatsApp, fiz prints de nossas conversas”, conta. Entre as ameaças, o homem diz que está observando o grupo e que está fazendo uma petição para a Justiça. “Vai pegar mal para a UFRJ. É só a UFRJ admitir o erro que vocês se salvam. Vocês quem sabem”, intimida o jovem. “Não respondi e bloqueei, porque para mim não faz sentido”, relata Vitor.

Embora tenha até agora suportado as ameaças, Vitor admite o temor quanto à sua segurança. “É complicado porque vivemos num contexto de agressões físicas e morte, e quando alguém leva uma situação como essa adiante a ponto de fazer ameaças, ficamos assustados. Temo por mim e ainda mais por minhas colegas mulheres”, completa. Ele acredita ser necessário o mínimo de segurança para continuar atuando na Comissão. “Institucionalmente, não temos nada. A Diseg não aparece na intenção de nos proteger. E já houve casos passados. Uma professora de uma Comissão teve o pneu do carro furado, além de situações ameaçadoras”, relata. “Chegamos no Fundão, que já é um lugar fragilizado, e temos medo que qualquer dia, de forma inesperada, a gente possa ser abordado na chegada ou na

saída do campus”, confessa.

A ouvidora Cristina Riche foi procurada pela comissão para uma conversa sobre a vulnerabilidade do grupo. “É de fundamental importância que a instituição consolide esse relevante trabalho da Câmara de Políticas Raciais, criando medidas de proteção à integridade física de nossos colegas. Essa prática de invasão online tem acontecido com certa frequência na UFRJ”, afirma Cristina. Ela sugeriu que fosse feita uma notificação à pró-reitoria de Graduação (PR-1), explicando o que está acontecendo de maneira ampla. “E que também solicitassem condições de mais proteção durante o desenvolvimento dos trabalhos”, completa.

Outra sugestão da ouvidora é o contato com a Safenet, uma associação civil brasileira de direito privado, com foco na proteção de direitos humanos na internet. “Devemos cobrar até do Legislativo políticas que protejam as instituições. É uma situação que não depende apenas da nossa vontade. A universidade deve analisar quais políticas deve propor ao Legislativo em relação a isso”, reflete a ouvidora. Para ela, outra questão que agrava a situação é a infodemia, ou seja, o grande fluxo de informações que se espalham pela internet sobre um assunto específico, que se multiplicam de uma forma muito acelerada em um curto período devido a um evento específico. “O trabalho da Câmara é sério, e eles se sentiram vulneráveis. É preciso dar visibilidade ao que está acontecendo”, reflete. “Sugeri que fizessem uma notícia à Procuradoria da universidade, para saber quais medidas jurídicas podem ser tomadas. Talvez denunciar à Polícia Federal, porque estavam sendo incomodados em pleno trabalho. E à Prefeitura da UFRJ também, que é quem cuida da segurança do campus”, conta.

Invasões de hackers expõem integrantes do grupo, que temem até por sua segurança física. Ouvidoria já foi acionada e relatou problemas no Consuni

PLURAI'S

SEM PISTAS SOBRE ASSASSINATO DE AUTOR DE LIVRO SOBRE MARIELLE

■ Mais de dez dias após o crime, a polícia do Rio ainda não tem qualquer pista que leve aos autores do assassinato de Leuvis Manuel Olivero, autor de um livro sobre a vereadora Marielle Franco. O crime ocorreu no último dia 10, quando Olivero caminhava na Tijuca, Zona Norte do Rio. Testemunhas afirmam que Leuvis foi morto a tiros por homens que estavam dentro de um carro e fugiram em seguida. Nascido na República Dominicana, Leuvis vivia no Brasil há dez anos, era casado com uma brasileira e tinha uma filha. Nas redes sociais, a morte vem sendo associada ao livro que Leuvis escreveu sobre Marielle, em que denunciou as ligações da milícia com o assassinato da vereadora, ocorrido em 2018 e ainda sem solução.

MULHERES UNIDAS CONTRA O MACHISMO NA UFRJ

■ A Diretoria de Mulheres do DCE Mário Prata está convocando os coletivos de mulheres da universidade para a construção de ações conjuntas e articuladas. Para se integrar à iniciativa, basta preencher o formulário disponível na Bio do Instagram (@dceufrj) e ser estudante da graduação ou pós. O objetivo é fortalecer a luta contra o machismo dentro da universidade, e será feito primeiramente um mapeamento das ações já existentes.



SEMINÁRIO DISCUTE DEZ ANOS DE POLÍTICAS DE COTAS NO BRASIL

■ A política de cotas foi tema de seminário organizado esta semana pela Câmara de Políticas Raciais da UFRJ. No evento online, transmitido pelo Youtube, a experiência da universidade nas comissões de heteroidentificação foi relatada por representantes de três segmentos da comunidade universitária: o técnico-administrativo Vitor Matos, que faz parte da Câmara de Políticas Raciais, a professora da Escola de Enfermagem Anna Nery, Cecília Izidoro, e Rafaela Nascimento, doutoranda de Biotecnologia. Entre os dados apresentados, chama a atenção o primeiro semestre de 2020, quando entre os 4.093 candidatos que passaram pelo processo de heteroidentificação, 64,2% foram considerados aptos, 12% não aptos e 23,8% faltaram. Para Vitor, o número baixo de não aptos se deveu à inibição de potenciais fraudadores.

> Governo Bolsonaro cortou R\$ 690 milhões do FNDCT. A redução ameaça bolsas de pesquisa e compromete o trabalho de mais de 30 mil pesquisadores. Comunidade acadêmica protesta em todo o país

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

No Dia dos Professores, Bolsonaro foi Bolsonaro. Sacrificou a ciência brasileira e sancionou a lei que cortou R\$ 690 milhões do Fundo Nacional Para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNDCT). Desde que a redução foi anunciada, no último dia 7, a comunidade científica brasileira tem reagido publicamente com críticas à decisão. Segundo o presidente do

TODOS CONTRA O CORTE

“No passado, os governos, mesmo os que promoviam cortes, respeitavam o CNPq. Nunca o Conselho foi ameaçado de morte como está sendo agora”

JOÃO TORRES DE MELLO NETO
Presidente da AdUFRJ

professor. “O CNPq é indispensável. Já tivemos cortes significativos, mas não com essa magnitude”, avaliou João, que lembrou das reiteradas quedas no orçamento da ciência brasileira. O orçamento do CNPq passou de R\$ 3,14 bilhões, em 2013, para R\$ 1,2 bilhão neste ano, o menor valor dos últimos 21 anos. João reafirmou que o combate

92%

“Tínhamos a esperança de recompor o nosso orçamento para o equivalente a 60% do orçamento de 2015, agora é ladeira abaixo”

PROFESSORA DENISE FREIRE
Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da UFRJ

Progresso da Ciência também participará dos atos do dia 26. Lígia Bahia, professora da UFRJ e secretária regional da SBPC, classificou o corte como “um deboche” por parte do governo. “Essa provocação feita aos setores progressistas compromete o futuro do país. O que significa isso? O Brasil fechou as portas, passou a chave no cadeado e se jogou no mar? Qual é o futuro do país?”, questionou Lígia, que criticou duramente o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, pela sua falta de iniciativa na defesa da pasta. A SBPC agora articula com parlamentares maneiras de reverter o corte ou direcionar mais recursos para a pesquisa. “Reverter esse quadro é a prioridade zero para a SBPC. Estamos juntos com a ABC, com associações de docentes e de pós-graduandos. Esperamos obter vitória”, contou a professora, que ainda lembrou que os cortes também têm um caráter simbólico, já que foram feitos durante a pandemia, quando a Ciência tem sido de muita importância.

Os cortes afetam duramente o cotidiano da UFRJ, alerta a professora Denise Freire, pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da universidade. “É contingenciamento do descontingenciamento”, ironizou. “Tínhamos a esperança de recompor o nosso orçamento para o equivalente a 60% do orçamento de 2015, agora é ladeira abaixo”, explicou a professora. Com a decisão do governo, que Denise chamou de “fim do mundo”, não só não

haverá verba para a recomposição esperada, mas futuros projetos e renovações de fomento a pesquisas correntes estão sob ameaça. “Todos os programas de pós-graduação da UFRJ, se não tiverem as suas bolsas re-compostas, podem ser afetados, porque todos eles têm bolsas”, contou a pró-reitora. Os efeitos da diminuição do investimento em pesquisa dos últimos anos já são sentidos na UFRJ há muito tempo. É o caso do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Fármacos e Medicamentos (INCT-INO-FAR) da UFRJ. “Hoje os INCTs são referência, mas nesse cenário, os estados que não tiveram fundações de apoio que possam financiar pesquisas, verão todo esse trabalho ser perdido”, disse o professor Eliezer Barreiro, coordenador do INCT-INO-FAR. Ele contou que a asfixia orçamentária já interrompeu pesquisas importantíssimas que estavam sendo desenvolvidas pelo seu instituto. Uma delas era o desenvolvimento de cinco medicamentos genéricos, cujas patentes das substâncias tinham caducado, que poderiam ser adotados por indústrias brasileiras e fabricados e comercializados com menor custo para a população. “Estou há quase 40 anos trabalhando com pesquisa. Eu não esperava, no final da minha carreira, ver tantos maus tratos à ciência brasileira. Não tenho dúvidas de que o desenvolvimento e a soberania científica do país vão ficar abalados”, desabafou Eliezer.



NOVA DIRETORIA PREGA UNIDADE PARA DERROTAR BOLSONARISMO

Posse aconteceu no dia 15 de outubro, no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ. Assembleia também oficializou os nomes dos novos integrantes do Conselho de Representantes para biênio 2021-2023

SILVANA SÁ
silvana@adufrj.org.br

Juntar forças para combater o ódio, o retrocesso e a destruição do país, marcas do governo Bolsonaro. Esse é o foco da nova diretoria da AdUFRJ, empossada no Dia dos Professores, na primeira assembleia geral presencial do sindicato desde março de 2020, quando teve início a pandemia da covid-19. Ao receber o bastão de sua antecessora, a professora Eleonora Ziller, o novo presidente da AdUFRJ, o professor João Torres, do Instituto de Física, deixou claro que derrotar o bolsonarismo e todas as suas mazelas é o ponto central do grupo que vai comandar a entidade no período 2021-2023. “Não há espaço para divisões na frente ampla a ser formada em defesa dos marcos civilizatórios contestados pela extrema-direita reacionária”, disse o professor, que defendeu a articulação do movimento docente. “O papel da AdUFRJ é atuar junto às demais forças progressistas e sindicais na luta para vencer esta ameaça, somando esforços com partidos e movimentos sociais engajados na derrota do bolsonarismo”.

As prioridades, de acordo com o dirigente, são a luta contra a PEC 32 (reforma administrativa) e a retomada do ensino presencial de forma segura na UFRJ. “O atual governo agiu fortemente contra os critérios científicos e vem dificultando a liberação de verbas destinadas à volta às aulas presenciais. Precisamos lutar por mais verbas para preparar os espaços e inclusive realizar a manutenção de prédios vazios há tanto tempo”, pontuou. A vacinação é uma das preocupações. “É preciso pensar como encaminhar a questão da exigência de vacinas para este retorno, pensar quais critérios são

essenciais para proteger a vida das pessoas, debater como lidar com posturas negacionistas na universidade”.

Outros desafios indicados pelo presidente como centrais em sua gestão são a ênfase na defesa da Ciência e na articulação com sociedades científicas nacionais a partir da atuação do Observatório do Conhecimento; o envolvimento do corpo docente da UFRJ no debate dos grandes temas nacionais, como mudanças climáticas, desigualdade, inteligência artificial; a discussão da estrutura salarial da carreira docente, sobretudo os baixos salários dos jovens professores. “Queremos que a carreira para o jovem docente seja promissora. Queremos que os jovens bem formados continuem sua carreira no Brasil e que o êxodo que acontece hoje não percore”, afirmou.

A professora Mayra Goulart, do IFCS, que assumiu o mandato como 1ª vice-presidente, sublinhou a responsabilidade de manter a universidade como espaço de mobilidade social e de igualdade. E defendeu uma gestão comprometida com a diversidade. “Isso é uma conquista que precisa ser preservada dos ataques, cada vez mais fortes, à universidade e à própria ideia de igualdade e inclusão social”, disse. “Porém, essa é uma igualdade que pode dificultar a percepção de outras conquistas e desafios que a minha presença aqui também representa. Pois o meu corpo e a minha trajetória enquanto mulher, jovem e suburbana destoam e desafiam a normatividade que estrutura o ingresso, a permanência e o reconhecimento nesse lugar”, afirmou a professora. “Gostaria que meu mandato servisse como espaço de empoderamento, troca e visibilidade para todos aqueles que, como eu, são lembrados a todo momento que não pertencem, não merecem, que não serão tolerados nos seus corpos, nas suas linguagens e nas suas vivências”.

DEPOIMENTOS

JOÃO TORRES Presidente

“Conclamo a todos os colegas, todos os segmentos da universidade, todos os coletivos para que tentemos trabalhar juntos no que nos unifica, que certamente é muito mais importante e muito mais urgente do que o que nos divide”.

MAYRA GOULART 1ª vice-presidente

“A universidade ainda é um espaço de mobilidade e de igualdade. Eu gostaria que esse momento fosse o ponto de partida de uma relação de escuta e aprendizado recíproco para todos aqueles que conseguiram e não conseguiram estar aqui hoje”.

RICARDO MEDRONHO 2º vice-presidente

“Temos um inimigo comum e precisamos nos unir para destruir esse inimigo. Precisamos de todos para vencer o obscurantismo. Vamos fazer tudo o que for preciso por essa união e pela transformação deste país naquilo que ele já foi. Precisamos reconstruir este país”.

ANA LÚCIA FERNANDES 1ª secretária

“A gente vai precisar da ajuda de todos vocês para continuar lutando pela carreira docente, pela UFRJ, pelas

universidades públicas, pela Educação e pelo sistema de Ciência e Tecnologia. Então, contamos com vocês”.

KARINE VERDOORN 2ª secretária

“Sabemos que não vai ser fácil, mas o entusiasmo e a diversidade do grupo me contagiaram. Espero um sindicato de diversidade, de muito diálogo, de união e na defesa daquilo que acreditamos, pela melhoria da carreira docente e pela universidade gratuita e pública, acima de tudo”.

NEDIR DO ESPIRITO SANTO 1ª tesoureira

“Sindicato é um projeto. Ele não é uma ideia de um grupo, é uma continuidade de um trabalho. Agradeço a todos que estão depositando confiança em mim, aos apoios, às palavras de carinho. Espero retribuir e atender às demandas que vocês tenham em relação à nossa equipe”.

ELEONORA KURTENBACH 2ª tesoureira

“Desejo que consigamos uma ampliação do quadro de docentes ligados à AdUFRJ em todos os campi, em especial dos mais jovens. Também precisamos alcançar os docentes não associados, discentes, servidores e a comunidade do entorno e extramuros da UFRJ”.



A NOITE TAMBÉM FOI DE LANÇAMENTO. O livro “Diários da Pandemia”, uma seleção dos jornais entre março de 2020 e agosto de 2021 que narra como a UFRJ enfrentou o drama da covid-19, foi distribuído a todos os presentes e será encaminhado às residências dos sindicalizados.